



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



19 de fevereiro de 2008

Vol. 3 No. 3

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
Novo texto sobre agricultura: principais números permanecem iguais e há progresso gradual em acesso a mercado	1
Novo texto de NAMA: possíveis trocas entre fórmula e flexibilidades	3
Empresas de biotecnologia retiram-se de fórum global sobre agricultura	4
<b>NOTÍCIA REGIONAL</b>	<b>6</b>
Conferência Ministerial revê plano de metas sobre Sociedade da Informação	6
<b>BREVES INFORMES MULTILATERAIS</b>	<b>8</b>
EUA organizam reunião com os maiores emissores de carbono	8
Reunião de líderes do G7 mantém previsão de turbulência	8
<b>BREVES INFORMES REGIONAIS</b>	<b>9</b>
ATPDEA e CBTPA: Democratas pretendem prorrogar preferências até 2010	9
Bananas: OMC considera ilegais tarifas aplicadas pela UE	10
<b>Eventos</b>	<b>11</b>
<b>Fóruns Multilaterais</b>	<b>11</b>
<b>Fóruns Regionais</b>	<b>11</b>
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>12</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### Novo texto sobre agricultura: principais números permanecem iguais e há progresso gradual em acesso a mercado

A tão esperada nova minuta do texto sobre agricultura, publicada em 8 de fevereiro pelo Presidente das negociações agrícolas da OMC, Crawford Falconer, traça a moldura de um possível acordo sobre subvenções agrícolas e reduções tarifárias, mas não traz grandes surpresas em relação ao texto publicado anteriormente, em julho de 2007, já que os controversos números para a fórmula de redução tarifária e de subsídios permanecem os mesmos. Acredita-se que as divergências em relação ao tema tão politicamente sensível não devem ser resolvidas em um futuro imediato.

As cifras relativas aos cortes que os Membros deveriam realizar em seus Níveis Globais de Subsídios Distorcivos (OTDS, sigla em inglês) permanecem as mesmas do texto de julho. Os OTDS incluem os subsídios mais nocivos ao comércio, classificados como subsídios de “caixa amarela”, pagamentos de “caixa azul” (menos relacionados à produção) e “*de minimis*” (níveis mínimos permitidos para os subsídios de “caixa amarela”). Crawford Falconer afirmou que, desde julho passado, os Membros praticamente não haviam discutido esse tema. O novo texto indica que a União Européia (UE) deve reduzir seu limite de OTDS em 75 ou 85%. Os Estados Unidos da América (EUA), por sua vez, devem baixar em 66 ou 73% seu nível de OTDS, reduzindo, assim, seu limite formal de despesa para algo entre US\$ 13 e 16.4 bilhões (ambas as cifras estão acima do nível atual de despesas estadunidenses, mais ainda abaixo do nível proposto pelos EUA até agora).

Os números relativos à fórmula de redução tarifária também permaneceram os mesmos no texto recentemente publicado. Todavia, o novo documento prevê que os países desenvolvidos (PDs) realizem cortes tarifários médios de no mínimo 54%, ao passo que a porcentagem para países em desenvolvimento

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

(PEDs) é de 36% – proposta que vai ao encontro do pleito do G-20. A opção de 40% prevista no texto de julho foi abandonada.

### **Opções para o mecanismo de salvaguarda especial**

Crawford Falconer fez sua primeira tentativa de estabelecer uma estrutura aceitável para um acordo legal sobre os mecanismos de salvaguarda especial, os quais poderão ser utilizados somente por PEDs como defesa contra aumentos repentinos e massivos de importações e baixa de preços. Tal instrumento de proteção tem sido motivo de calorosos debates entre seus maiores defensores, como o G-33, e os países exportadores.

Dois conjuntos de cifras permeiam o texto: o primeiro reflete a posição do G-33 e o segundo está mais próximo das demandas dos países exportadores. Crawford Falconer considera três níveis de resposta aos aumentos de volume, a depender de seu grau (baixo, médio ou alto), com uma variação correspondente aos níveis de direitos de salvaguarda adicionais permitidos.

O texto entre colchetes limitaria a capacidade dos Membros de aumentar os níveis tarifários para um nível acima daquele máximo permitido e já consolidado. O novo texto de Falconer prevê aumentos das tarifas a partir daquelas realmente aplicadas (que são muitas vezes mais baixas que as tarifas consolidadas), mesmo que os negociadores dos países importadores indiquem que não precisam de um mecanismo de salvaguarda para aumentar o nível de suas tarifas aplicadas.

O novo texto aborda mais um tema controverso: o de que as consolidações tarifárias pós-Doha seriam um ponto de referência mais importante que os níveis atuais consolidados durante a Rodada Uruguai, de modo a fazer com que a aplicação da salvaguarda seja obrigatória. Os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), bem como as economias pequenas e vulneráveis (SVEs, sigla em inglês) – que não estão obrigados a reduzir suas tarifas na Rodada Doha – poderão exceder os limites consolidados sob certas circunstâncias. Essa disposição permanece, entretanto, entre colchetes.

Crawford Falconer apresentou, ainda, duas opções para a duração dos direitos adicionais: até o final do ano ou por um período de 6 a 12 meses a partir da data de solicitação do mecanismo. O presidente das negociações agrícolas também incluiu uma opção para que o mecanismo de salvaguarda expire ao final do período de implementação da Rodada Doha. O G-33 opõe-se a essa proposta.

### **Produtos especiais: continuam as controvérsias relativas à isenção das reduções tarifárias**

O novo documento tenta definir a base para um acordo sobre “produtos especiais”, o qual poderá ser utilizado somente por PEDs para obtenção de reduções tarifárias mais moderadas a partir de critérios de segurança alimentar, garantia dos meios de subsistência e desenvolvimento rural. Mais uma vez, as controvérsias entre o G-33 e os países exportadores atrasaram o progresso nesta área, pois esses últimos preocupam-se com o fato das reduções tarifárias menores serem um impedimento para seu acesso a mercados internacionais.

A proposta indica que existe consenso quanto à permissão dos PEDs para designar um mínimo de 8% e um máximo de 12% ou 20% de linhas tarifárias agrícolas como “especiais” – o que significa um aumento em relação ao documento anterior (9 a 17%). A proposta divide-se em três grupos distintos: no primeiro, 6% das linhas tarifárias deveriam ser reduzidas em 8 a 15%; no segundo, outros 6% em 12 a 25%; e no terceiro, 8% das linhas tarifárias poderiam ser isentas de cortes.

Os países recentemente incorporados à OMC (RAMs, sigla em inglês) teriam uma flexibilidade ligeiramente superior, como, por exemplo, uma maior quantidade de produtos e reduções menores. Fontes acreditam que essa foi uma flexibilidade definida de acordo com as necessidades da China, que aderiu à Organização em 2001.

### **Produtos sensíveis: principais divergências permanecem sem solução**

O texto de Falconer deixa sem solução a questão sobre o nível de detalhamento das tarifas sensíveis, tanto para PEDs como para PDs. Esses últimos poderão proteger seus produtos sensíveis de reduções tarifárias desde que concedam maior acesso a mercado por meio de quotas expandidas. O Grupo Cairns de exportadores agrícolas, que é favorável à seleção de produtos com base no nível mais amplo de seis dígitos do sistema harmonizado, confrontou-se em diversas ocasiões com Membros importadores como UE, que deseja uma seleção de produtos em um nível mais detalhado de 8 dígitos, com o objetivo de impedir o uso de linhas tarifárias sensíveis para produtos que não sejam especificamente sensíveis. A proposta inclui os enfoques de ambos os grupos como opções alternativas.

O documento também especifica que os Membros que mantêm tarifas acima de 100% para mais de 4% de suas linhas tarifárias – ao invés de 5%, cifra proposta

no texto de julho – deverão, em compensação, expandir suas quotas de importação em um volume ainda não especificado, relativo ao consumo doméstico. Esse requisito seria uma forma de compensação para a ausência de um limite tarifário absoluto, severamente oposto por Membros importadores, como é o caso da UE e do Japão.

### Produtos tropicais e erosão de preferências

Os mandatos de negociação para uma maior liberalização de produtos tropicais e sobre a erosão do acesso preferencial aos mercados têm oposto os “defensores da liberalização” – países latino-americanos – à UE e os países do Grupo ACP (África, Caribe e Pacífico), especialmente no que diz respeito a produtos como banana e açúcar. O novo texto de agricultura apresenta diferentes opções para ambos os temas e inclui listas de produtos para cada mandato de acordo com as propostas dos diferentes grupos de negociação.

No que diz respeito à erosão de preferências, uma das opções do texto é adiar as reduções tarifárias em 10 anos para os produtos afetados, essa seria a posição do Grupo ACP. A outra proposta prevê um período de implementação mais longo para cortes tarifários para aqueles produtos que representam uma parte significativa das exportações agrícolas dos países que recebem preferências, para aqueles que as concedem.

O texto, entretanto, não apresenta grandes soluções para a disputa entre os dois campos. No caso do mesmo produto aparecer em ambas as listas (produtos tropicais e erosão de preferências), a liberalização de produtos tropicais deverá prevalecer, com exceção de um número limitado de produtos específicos, ainda a ser definido pelos negociadores. Bananas e cana-de-açúcar, não surpreendentemente, aparecem em ambas as listas.

### Subsídios: poucas mudanças

De modo geral, as reduções de subsídios continuam na mesma, à espera das contribuições dos ministros de comércio. O novo texto indica um consenso em relação ao tamanho das reduções da “caixa amarela” – 70% para a UE, 60% para os EUA e o Japão e 45% para os demais países. O novo documento propõe uma redução de 25% (ao invés de 30%) como “pagamento inicial” para PDs no primeiro dia do período de implementação.

Os negociadores continuam a discutir sobre o parágrafo que estipula que se os Membros excederem seus limites de subsídios de “caixa azul” ou de produtos específicos, a totalidade do subsídio em

questão deverá ser considerada como subsídio de “caixa amarela”. Em princípio, tal restrição poderia representar um incentivo adicional para que os Membros mantenham seus subsídios de “caixa azul” dentro do limite estabelecido.

Ainda não há acordo quanto à linguagem que permite atualizações esporádicas dos períodos de base utilizados para o cálculo de subsídio “desconectado” (*decoupled*) da produção na “caixa verde” – categoria da OMC para subsídios que causam distorção mínima ou nula ao comércio. O texto propõe duas opções e a UE opõe-se à opção mais restritiva (que permite atualizações para períodos de base passados que não afetam as decisões e expectativas atuais dos produtores); ao passo que a Argentina opõe-se à versão menos restritiva, proposta no texto de julho de 2007, que permite atualizações somente se os subsídios permanecerem neutros ou diminuírem.

### Haverá uma reunião ministerial na Páscoa?

Crawford Falconer reservou a semana de 11 de fevereiro para que os negociadores reflitam sobre o novo documento, consultem suas respectivas capitais e demais grupos de negociação e preparem seus comentários iniciais.

A idéia é avançar rapidamente em direção a um “processo horizontal” que envolva os principais negociadores, capazes de tomar decisões sobre diversos temas de negociação, incluindo tarifas industriais e possivelmente aquelas para serviços. Se tudo correr conforme planejado, esse processo deverá preparar o terreno para uma reunião ministerial antes da Páscoa – a ser celebrada no dia 23 de março próximo.

Algumas delegações, entretanto, expressaram ceticismo em relação ao ritmo e à estrutura das negociações. Segundo um negociador em Genebra, os delegados precisam de mais tempo para consultar suas capitais e debater o texto no processo de consultas informais conduzido por Crawford Falconer.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 3, 14 fev. 2008.

---

### Novo texto de NAMA: possíveis trocas entre fórmula e flexibilidades

O Presidente do grupo de negociações para acesso a mercado de produtos não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), Embaixador Don Stephenson, sugeriu que para que haja um acordo em NAMA na Rodada Doha deve-

se outorgar maior amplitude aos países em desenvolvimento (PEDs) para que esses possam proteger parte de seus produtos das reduções tarifárias.

A nova minuta de texto de Don Stephenson, publicada em 8 de fevereiro passado, deve servir de base para as futuras negociações em NAMA. O Embaixador afirmou que não há consenso entre os Membros da OMC quanto às questões centrais de NAMA, como a fórmula que definirá os níveis tarifários de países desenvolvidos (PDs) e PEDs e as flexibilidades que determinarão o grau de proteção contra a competição de certos setores.

### **Mantidos os coeficientes do texto de julho de 2007**

O texto publicado neste mês manteve os mesmos números do documento apresentado em julho de 2007: coeficientes de 8 ou 9 para PDs e 19 a 23 para PEDs. Uma vez que esses números são introduzidos na fórmula de redução tarifária conhecida como “Suíça”, eles convertem-se nos limites tarifários dos Membros, com os cortes respectivos a cada setor. Desta forma, os PDs reduziram drasticamente todas as suas tarifas para bens industriais para menos de 8 ou 9%, ao passo que as tarifas dos PEDs seriam limitadas a 19 ou 23%.

### **Flexibilidades: tema ainda “em aberto”**

Apesar de ter mantido alguns números, o novo texto difere em outros pontos daquele publicado em julho de 2007. Dentre essas diferenças destacam-se as flexibilidades que os PEDs terão para proteger seus produtos industriais da redução tarifária total. O texto de julho permitia aos PDs submeter 10% de suas linhas tarifárias à metade da redução exigida pela fórmula – sendo que os 10% deveriam representar apenas um décimo do total de importações de manufaturados – ou excluir 5% das linhas tarifárias das reduções – limitando-se a 5% das importações.

O novo texto elimina as cifras “5 e 10” e deixa os colchetes vazios. Stephenson afirmou ser esse o tema mais em aberto das negociações em NAMA e sugeriu que os Membros priorizem essa questão, antes mesmo de negociarem coeficientes.

### **Reações iniciais ao texto**

Pouco antes das minutas de texto serem circuladas, o governo argentino ameaçou bloquear o novo texto de NAMA se ele não apresentasse uma diferença de 25 pontos entre os coeficientes de PDs e PEDs, bem como maiores flexibilidades. A Argentina comparou as flexibilidades de NAMA com aquelas das negociações

agrícolas, as quais não estão sujeitas a um limite de volume de importação.

O Ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, elogiou o novo texto de NAMA por refletir os pontos de vista de diversos países, mas mostrou receio quanto à decisão de Don Stephenson de excluir do texto as cifras de flexibilidades, o que deixa margem para ambigüidade. Os grupos industriais na Índia, por sua vez, foram mais críticos em relação à decisão de Stephenson de manter os mesmos coeficientes do texto de julho.

As reações iniciais da Representante Comercial dos EUA, Susan Schwab, não foram as melhores. Ela afirmou que o novo texto diminui o grau de ambição e aumenta o nível dos desafios relativos ao processo de tomada de decisões. Para Susan Schwab, assim como para Kamal Nath, a exclusão das cifras para flexibilidades gerou incertezas e chamou atenção para o fato de que a decisão sobre mais ou menos flexibilidade em relação ao texto de julho não irá acelerar o estágio final das negociações entre os ministros.

Tradução e adaptação de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 3, 14 fev. 2008.

---

### **Empresas de biotecnologia retiram-se de fórum global sobre agricultura**

Três multinacionais do ramo da biotecnologia desferiram um forte golpe contra um importante fórum internacional de agricultura ao formalmente retirarem-se da iniciativa multi-setorial. Monsanto, Syngenta e BASF decidiram não mais participar das discussões por considerarem que o relatório do grupo dedicava mais atenção aos riscos gerados por cultivos geneticamente modificados (GMs) do que aos benefícios trazidos por eles.

O Fórum Internacional de Avaliação da Ciência e Tecnologia Agrícola para o Desenvolvimento (IAASTD, sigla em inglês) é uma iniciativa global que há 3 anos articula centenas de especialistas no tema. Seu objetivo é determinar como o conhecimento agrícola, a ciência e a tecnologia podem ser utilizados para reduzir a fome e a pobreza, melhorar as condições de vida no campo e promover o desenvolvimento sustentável no plano ambiental, social e econômico. O resultado esperado do projeto é a publicação de uma série de avaliações – globais e regionais – críticas e detalhadas sobre conhecimento e experiências agrícolas, tanto locais quanto institucionais. O projeto deve ser concluído até abril de 2008.

## A voz da indústria não é alta o bastante?

As empresas afirmam ter desistido do projeto porque suas perspectivas sobre tecnologia GM não foram levadas em consideração no relatório do grupo. Elas também alegam que o documento deveria focar no potencial da biotecnologia de garantir o suprimento de gêneros alimentícios, seja por meio do aumento da produção como por meio da maior resistência das plantas a secas e temperaturas muito elevadas. De modo geral, a indústria acredita que a biotecnologia é essencial à redução da pobreza e da fome.

Nos últimos anos, Monsanto e Syngenta investiram significativamente em pesquisa e desenvolvimento (P&D) de cultivos resistentes à seca. Para Sara Duncan, representante da Monsanto, a água é hoje um dos maiores fatores de limitação agrícola e, no futuro, esse quadro tende a ser agravado, uma vez que as mudanças climáticas devem trazer ainda mais secas. O milho é um dos principais beneficiários dos maciços investimentos em P&D, por uma série de razões: (i) ele é amplamente utilizado na produção de diversos alimentos industrializados; (ii) é essencial à ração animal; e (iii) apresenta uma crescente demanda em função da produção de etanol. Monsanto e Syngenta esperam introduzir as primeiras sementes de milho resistentes à seca no mercado até 2012.

O relatório inicial produzido pelo IAASTD não deu muita ênfase ao potencial da biotecnologia para a agricultura de países em desenvolvimento (PEDs), mas sim apresentou uma lista de possíveis riscos. O relatório afirma, por exemplo, que em PEDs, os direitos de propriedade intelectual aumentam os custos de cultivos GMs, o que restringe sua utilização por pequenos fazendeiros e pesquisadores, além de restringir práticas de cultivo locais necessárias a segurança alimentar e sustentabilidade econômica. O documento também afirma que uma demasiada ênfase na biotecnologia moderna pode alterar programas de educação e de treinamento e reduzir o número de profissionais em outras importantes ciências agrícolas. Finalmente, para que essa tecnologia alcance metas de sustentabilidade e objetivos de desenvolvimento, o relatório afirma que as lideranças políticas deveriam levar em consideração os impactos da biotecnologia para além da produtividade e das metas de produção, bem como tratar de problemas sociais de maior dimensão, como justiça social e infra-estrutura local.

## Saída das multinacionais é vista com pesar

Diversos outros atores envolvidos no fórum agrícola lamentaram a saída das multinacionais do projeto.

Um editorial do jornal *Nature* salientou que – apesar de serem tendenciosas e demasiado cautelosas – as visões apresentadas no relatório preliminar sobre biotecnologia não representam as vozes de uma minoria marginal. O editorial também chamou atenção para o fato da biotecnologia não poder, por si só, reduzir a fome e a pobreza, consenso entre cientistas agrícolas e lideranças políticas.

Bob Watson, diretor do IAASTD, avaliou como lamentável a saída das três empresas antes que o grupo pudesse concluir o trabalho. Além de afirmar que havia espaço para discussão, caso as multinacionais provassem que o relatório era tendencioso, Watson declarou que a saída enfraquece o documento, que tinha por objetivo alcançar atores diversificados.

Jan van Aken, representante do *Greenpeace International*, membro do projeto, acredita que a avaliação feita no contexto do fórum vai além da análise de engenharia genética: seu objetivo é definir soluções para a agricultura global e para os pobres e famintos do mundo. Para Aken, a atitude das empresas foi vergonhosa, pois significou a supremacia dos interesses comerciais sobre os da ciência.

A *CropLife International*, organização que representa a indústria de biotecnologia, indicou que manterá em aberto a possibilidade de retomar a iniciativa desde que os demais membros estejam dispostos a serem mais imparciais. Observadores acreditam que se a Monsanto e a Syngenta não retomarem as discussões antes da adoção do relatório final, a credibilidade do projeto como um todo estará comprometida.

## Contexto

O trabalho do IAASTD começou em 2005 e deve terminar em abril de 2008. O projeto foi desenvolvido a partir de uma série de consultas envolvendo 900 participantes e 110 países de todas as regiões do mundo. Ele foi lançado com o apoio conjunto da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO, sigla em inglês), do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF, sigla em inglês), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, sigla em inglês), do Banco Mundial e da Organização Mundial da Saúde (OMS). Outros temas – além da biotecnologia – já foram discutidos, entre os quais destacam-se a bioenergia, mudanças climáticas, saúde humana, gestão de recursos naturais, comércio e mercado, conhecimento tradicional local e inovação local e mulheres na agricultura.

Quanto ao tema de comércio e mercados, o relatório reconhece a necessidade imediata de enfrentamento dos seguintes desafios: (i) definição de mercados e políticas comerciais; (ii) aprimoramento do conhecimento agrícola, da ciência e dos sistemas de tecnologia; (iii) fortalecimento da segurança alimentar; (iv) maximização da sustentabilidade ambiental; e (v) apoio a pequenos agricultores de modo a reduzir a pobreza e direcionar o desenvolvimento. O relatório inicial apresenta desafios globais relacionados a esses temas e identifica opções de ação para avançar na direção do desenvolvimento e dos objetivos de sustentabilidade.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. VIII, No. 2, 8 fev. 2008.

## NOTÍCIA REGIONAL

### Conferência Ministerial revê plano de metas sobre Sociedade da Informação

San Salvador foi sede da II Conferência Ministerial sobre a Sociedade da Informação, ocorrida de 6 a 8 de fevereiro. Delegações da América Latina e Caribe analisaram os avanços obtidos na plataforma eLAC, processo de coordenação de políticas de estímulo à implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e seu aproveitamento para o desenvolvimento de suas economias.

A Conferência deu continuidade aos esforços iniciados na Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em 2003 e 2005, e na Conferência Ministerial Regional do Rio de Janeiro de 2005, quando foram definidos uma agenda e um plano de ação para impulsionar a cooperação regional em matéria de TICs.

Uma parte significativa das metas do plano de ação para 2007 foi mantida na proposta para 2010, como a promoção do desenvolvimento de infra-estruturas regionais de TICs, a criação de modelos sustentáveis de penetração dessas tecnologias nos países da região e a promoção da capacitação em TICs e intercâmbio de tecnologias entre os membros. Destacam-se também metas quantitativas, estipuladas com mais frequência no eLAC 2010, como: (i) aumento da utilização de computadores com fins educativos para 90% dos estudantes da região; (ii) oferta de uma rede de comunicação confiável a 70% da população da área urbana e 60% da área rural; (iii) capacitação de 80% dos profissionais de saúde pública no uso das TICs, ou duplicação do número atual; (iv) aumento do número de centros de acesso em bibliotecas e outras instituições, de modo a reduzir pela metade a média de

usuários por centro; e (v) garantia de que 80% dos governos locais mantenham meios digitais de interação com os cidadãos e que 70% das entidades da administração pública estejam conectadas em rede para permitir a realização de transações cidadãs.

Em relação às metas eLAC 2007, alguns projetos com resultados positivos mereceram menção na última Conferência. Um deles foi a campanha “Mi Compu”, que consistiu em um programa de financiamento para facilitar a aquisição de equipamento de computação para a população, com um impacto estimado de 5.000 instituições e empresas beneficiadas. Também, entre 2005 e 2007, foram capacitadas 17.358 pessoas em temas orientados a TICs e 6.950 empresas, principalmente nas áreas de bases de dados, desenho gráfico e linguagem de programação.

Na área de saúde pública, um empreendimento bem-sucedido foi o Programa de Telemedicina. Através de vídeos transmitidos via Internet, foram capacitados mais de 300 médicos que atendem clínicas assistenciais do Sistema Básico de Saúde Integrado de El Salvador.

De acordo com o compromisso incorporado à eLAC 2010, os objetivos estabelecidos a cada conferência funcionam como programa para atender aos prazos, marcados para 2015, do Plano de Ação de Genebra e contribuem para atingir os objetivos de desenvolvimento do Milênio para a América Latina, em especial a redução da pobreza.

### Relatório da UNCTAD analisa relação entre TICs e desenvolvimento

Na esteira da discussão sobre tecnologia, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) divulgou o “Relatório sobre Economia da Informação 2007-2008”. Com o tema “Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento: o novo paradigma das TICs”, o Relatório analisa a contribuição – atual e potencial – das TICs para a criação e difusão do conhecimento, bem como seus impactos na economia – emprego, comércio, produtividade e crescimento –, especialmente de alguns países em desenvolvimento (PEDs). Apesar do maior foco na Ásia, região onde o avanço de alguns países é superior ao de países desenvolvidos (PDs), uma parte significativa das estatísticas assinala a participação de PEDs conjuntamente.

O relatório destaca a mudança de paradigma introduzida pelas TICs na configuração das atividades econômicas, ressaltando algumas de suas características. A primeira delas consiste em um novo modo de organização de produção e consumo, com

resultados em custos de transações mais baixos e comunicação mais ágil entre agentes econômicos. Nos PEDs, tais inovações têm oferecido novas oportunidades de inserção nas cadeias globais de bens e serviços e de diversificação de atividades produtivas e exportações.

As TICs também têm gerado novos serviços na forma de operações comerciais e financeiras e serviços públicos eletrônicos, os quais também contribuem para o incremento da eficiência econômica. A velocidade da inovação no próprio setor das TICs reduziu consideravelmente o custo de acesso a muitas dessas tecnologias, o que, por sua vez, promoveu uma democratização de seu uso em nível nacional e mundial. Para a construção dessa economia baseada no conhecimento, capacitação e educação assumem um papel ainda mais primordial.

Uma característica de destaque do novo paradigma formado pelas TICs é o surgimento de um novo modelo de transmissão de conhecimento e produção coletiva de idéias e inovações, chamado “modelo de acesso aberto”, que tende a divergir do sistema tradicional de proteção à propriedade intelectual (PI). A discussão em torno da limitação do modelo internacional de regulamentação de PI para facilitar a transferência de tecnologia para PEDs é alvo de atenção e discussão em vários âmbitos, em especial na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI).

O relatório demonstra, ainda, como a revolução das TICs está difundindo-se entre PEDs e trazendo a promessa de rápida modernização de suas economias. Alguns dados apresentados pelo relatório espelham essa realidade.

Com relação às tendências de crescimento de acesso, a telefonia celular assume liderança. O número de pessoas que possuem aparelhos celulares em PEDs triplicou nos últimos 5 anos e agora representa 58% em todo o mundo (o maior índice de penetração foi verificado na África). A Internet também cresceu em todo o mundo em termos de usuários e, embora a maior parte deles estejam em PDs, os PEDs aproximam-se gradualmente. Em 2002, a penetração era 10 vezes maior naqueles países e, em 2006, essa diferença caiu para seis vezes.

O próprio setor produtivo das TICs ganha relevância econômica cada vez maior. Como fator de produção, sua contribuição para o incremento do Produto Interno Bruto (PIB) é direta, o que faz com que as TICs desempenhem papel ainda mais importante para os PEDs na busca por competitividade e modernização, frente à perspectiva de tornarem-se produtores de tecnologia. Contudo, à exceção de alguns países

asiáticos, a participação do setor ainda é pequena na maioria desses países.

O comércio relacionado às TICs cresceu fortemente na última década, além ter mudado notavelmente de foco geográfico. Em 2004, as exportações Sul-Sul de bens relacionados a TICs excederam o comércio Sul-Norte. O valor total do comércio entre o primeiro bloco (US\$ 410 bilhões) ficou muito próximo dos US\$ 450 bilhões dos PDs entre si. O comércio de serviços também acompanhou a tendência, crescendo com taxa maior que a geral de serviços entre 2000 e 2005. A exportação de serviços de computação e informação cresceu 6 vezes mais do que o total de serviços entre 1995 e 2004 e a participação dos PEDs nesse comércio aumentou de 4% em 1995 para 28% em 2005.

China e Índia são os maiores atores globais na exportação de bens e serviços de TICs, respectivamente. Ambos os países encontram-se em processo de transferência da produção de uso intensivo de mão-de-obra para o uso intensivo de conhecimento, o que representa um grande potencial de crescimento para os PEDs, frente à provável continuidade na pulverização da produção de TICs. Nesse sentido, as políticas públicas são instrumentais no desenvolvimento do setor. Particularmente nas áreas de infra-estrutura de telecomunicações e educação técnica para formação de força de trabalho qualificada, a criação de políticas governamentais pode contribuir para o surgimento de um mercado mais competitivo.

O desafio para os governos, conforme proposto pelo relatório, é aproveitar o conhecimento para o desenvolvimento, promovendo um ambiente favorável para a produção de idéias e inovações, bem como sua disseminação e uso por diferentes agentes, direta ou indiretamente envolvidos no processo de produção. O papel dos governos é crucial, pois a criação de conhecimento não pode depender puramente nos mecanismos de mercado.

A fim de aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pela revolução tecnológica, os PEDs precisarão moldar políticas de criação, difusão e uso dos novos conhecimentos, de forma a desenvolver uma estratégia de crescimento sustentável. Uma inserção vigorosa no novo cenário que se desenha pode reverter a disparidade tecnológica entre PDs e PEDs, o que certamente contribuirá para atenuação das demais disparidades.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Site oficial – *II Conferencia Ministerial sobre la Sociedad de la Información*. Disponível em: <<http://www.elac2007.org.sv/>>. Acesso em 13 fev. 2008.

Site oficial – *UNCTAD Information Economy Report 2007-2008*. Disponível em: <[http://www.unctad.org/en/docs/sdteecb20071\\_en.pdf](http://www.unctad.org/en/docs/sdteecb20071_en.pdf)>. Acesso em 14 fev. 2008.

opção. No entanto, alertou que se os países em desenvolvimento (PEDs) não concordarem com limites setoriais, UE e EUA não terão escolha a não ser impor algum tipo de "tarifa de carbono" às importações desses países. Recentemente, a UE lançou um projeto de pacote sobre energia e clima que deixa a porta aberta para o uso de medidas de fronteira, com o fim de resguardar a competitividade de suas indústrias de uso intensivo de energia.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. VIII, No. 2, 8 fev. 2008.

## BREVES INFORMES MULTILATERAIS

### EUA organizam reunião com os maiores emissores de carbono

Uma reunião organizada pelos Estados Unidos da América (EUA) deu continuidade às discussões sobre ações globais futuras para combater as mudanças climáticas, mas obteve poucos resultados concretos.

Reunidos em Honolulu, Havaí, de 30 a 31 de janeiro, os participantes representavam os principais emissores de carbono do mundo – os 17 países somam 80% das emissões mundiais de dióxido de carbono e integram o chamado Grupo dos Oito: Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Reino Unido e Rússia. O debate continuou em torno das questões levantadas no âmbito multilateral da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, firmada em dezembro de 2007, na qual os países signatários concordaram em iniciar negociações para que se formule um acordo abrangente sobre clima até 2009 (ver *Pontes Quinzenal*, 05 de nov. de 2007, disponível em: <[http://www.direitogv.com.br/subportais/Cursos/PQ\\_2-15\\_%20PDF.pdf](http://www.direitogv.com.br/subportais/Cursos/PQ_2-15_%20PDF.pdf)>).

Segundo Matthias Machnig, representante do Ministério do Meio Ambiente da Alemanha, o debate foi construtivo e pode representar um passo à frente em direção a um acordo concreto para 2009. O Ministro também ressaltou a importância de um regime internacional que estipule objetivos obrigatórios nos mesmos moldes das Nações Unidas.

Anteriormente à reunião, C. Boyden Gray, Embaixador estadunidense em Bruxelas, mencionou a necessidade de os maiores emissores assumirem compromissos de atenuação climática, a fim de evitar competição comercial desleal entre indústrias que sofrem diferentes restrições de emissão. Ele defendeu que iniciativas setoriais internacionais dentro do setor industrial de energia intensiva constituiriam uma boa

### Reunião de líderes do G7 mantém previsão de turbulência

A economia mundial permanecerá vulnerável aos riscos oriundos da escassez de crédito, da contínua deterioração do mercado imobiliário estadunidense, da alta do petróleo e da inflação em alguns países. É o que afirmaram os Ministros da Economia e os presidentes dos bancos centrais das 7 maiores economias do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Itália, Japão e Reino Unido), em comunicado posterior à reunião do G7, ocorrida em Tóquio no último dia 9 de fevereiro.

Os líderes manifestaram preocupação quanto à excessiva volatilidade das taxas de câmbio e mostraram-se satisfeitos com a decisão da China de aumentar a flexibilidade de sua moeda – tanto que encorajaram o governo chinês a valorizá-la. A declaração dos líderes visou também a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), a quem foi dirigido um apelo para que seja aumentada a produção de petróleo para reduzir a pressão inflacionária, a qual tem complicado a resposta dos países à crise.

Apesar de concordarem que os fundamentos econômicos permanecem sólidos e afastarem a possibilidade de recessão na economia estadunidense durante 2008, os líderes do G7 afirmaram estar prontos para adotar ações individuais e conjuntas a fim de garantir a estabilidade e o crescimento. “Estamos profundamente comprometidos em trabalhar conjuntamente para fortalecer a estabilidade financeira, limitar o impacto da crise financeira e tratar dos fatores que a causaram”.

Menção especial foi feita ao trabalho do Fórum de Estabilidade Financeira (FSF, sigla em inglês), entidade que reúne autoridades financeiras nacionais, personalidades do setor privado, representantes setoriais e de instituições financeiras internacionais e que tem por objetivo promover a estabilidade financeira internacional por meio da troca de informações e pela cooperação internacional em matéria de supervisão

financeira. Em um relatório parcial de sua autoria, o FSF recomenda: (i) o fortalecimento da gestão dos riscos de liquidez; (ii) a solução de questões de conflito de interesses em agências de classificação de riscos; e (iii) a melhoria do acesso à informação aos investidores sobre os riscos envolvidos nos produtos financeiros que lhes são oferecidos.

Os líderes do G7 solicitaram expressamente ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que trabalhe de maneira mais próxima com o FSF na identificação de vulnerabilidades e no desenvolvimento de sistemas de prevenção de crises.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

International Herald Tribuna. "Text of G7 communiqué from Tóquio". Disponível em: <<http://www.iht.com/bin/printfriendly.php?id=9907892>>. Acesso em 13 fev. 2008.

Folha de São Paulo. "G7 prevê mais turbulência e fala em ação conjunta". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1002200822.htm>>. Acesso em 10 fev. 2008.

Financial Times. "G7 leaders say world economy vulnerable". Disponível em: <<http://www.ft.com/cms/s/df2d7754-d70d-11dc-b09c-0000779fd2ac,dwp>>. Acesso em 09 fev. 2008.

Site oficial – *Financial Stability Forum*. Disponível em: <[www.fsforum.org](http://www.fsforum.org)>. Acesso em 14 fev. 2008.

## BREVES INFORMES REGIONAIS

### ATPDEA e CBTPA: Democratas pretendem prorrogar preferências até 2010

No último dia 7 de fevereiro, o Presidente do Comitê de Mediadores e Árbitros da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América (EUA), Charles Rangel (democrata, estado de Nova Iorque), enviou um projeto de lei ao Congresso com a finalidade de prorrogar vários programas de preferências comerciais que expiram este ano. O projeto "Lei de Extensão de Preferências Comerciais 2008" prorrogaria até 30 de setembro de 2010 as preferências específicas e gerais de caráter unilateral que os EUA concedem a países em desenvolvimento (PEDs) e, em especial, aos países andinos e da costa do Caribe.

### Sistema Generalizado de Preferências (SGP)

Para o Sistema Generalizado de Preferências (SGP), que expira em 31 de dezembro de 2008, a prorrogação seria até 30 de setembro de 2010. O projeto de lei inclui a possibilidade de limitar a ação do Poder Executivo estadunidense na revogação de exceções (*waivers*) outorgadas aos países beneficiários do SGP quando determinadas importações superam um volume pré-estabelecido. De acordo com a proposta de Rangel, o Presidente dos EUA não poderia afastar uma exceção para determinado produto a não ser que a Comissão de Comércio Internacional dos EUA (USITC, sigla em inglês) determinasse que a mesma não reduziria as exportações aos EUA do produto em questão a níveis inferiores àqueles registrados ao longo do ano-base revisado. Além disso, uma dispensa apenas poderia ser afastada caso não gerasse vantagens a outros PEDs (não beneficiários do SGP).

Outro elemento importante da proposta de Rangel é a solicitação de que o Executivo re-instaure todas as revogações de exceções realizadas desde 2006, data em que se aprovou uma extensão do SGP e se estabeleceram os limites de "super-competitividade" de revogação de exceções. Essa mudança implicaria a restituição imediata dos benefícios do SGP ao metanol procedente da Venezuela, assim como ao ferrozircônio, aos freios e às partes de freios procedentes do Brasil. Nos próximos anos seriam igualmente restabelecidas as preferências aos amendoins e couros provenientes da Argentina.

### ATPDEA e CBTPA

A Lei de Promoção Comercial Andina e de Erradicação das Drogas (ATPDEA, sigla em inglês), válida até 29 de fevereiro de 2008, assim como a Lei de Associação Econômica da Costa do Caribe (CBTPA, sigla em inglês), que expira em 30 de setembro de 2008, serão estendidas a todos os países até o dia 30 de setembro de 2010.

Em um comunicado de imprensa, Rangel mencionou motivações de caráter econômico e político para a promulgação da lei em questão. Para ele, os programas de preferências comerciais têm sido uma peça central na política dos EUA de propagar os benefícios da globalização aos PEDs, pois eles têm criado dezenas de milhões de empregos – empregos que provavelmente serão perdidos em benefício da China caso os programas não sejam renovados – e criadas oportunidades para trabalhadores e empresas nos EUA. Tais programas também têm fomentado metas de política exterior, incluindo esforços estadunidenses contra o tráfico de narcóticos, e fortalecido os agentes da democracia e da reforma exterior.

Rangel também manifestou que gostaria de prorrogar os programas por mais tempo, mas solicitou sua extensão por um curto período de dois anos, de modo a atender à diversidade de opiniões sobre o tema da renovação. Mesmo assim, espera que a prorrogação dos programas de preferências envie um sinal claro às negociações da OMC de que o compromisso dos EUA em matéria de comércio e desenvolvimento permanece firme e substancial.

A Presidente do Parlamento Andino, a equatoriana Ivonne Baki, mostrou-se satisfeita com a iniciativa de Rangel. Ela sustentou que, apesar da dificuldade para que o Congresso estadunidense aprove a prorrogação das preferências antes de 29 de fevereiro, já que esse se encontra ocupado com outros assuntos, como a campanha presidencial e a crise econômica, seria factível que a prorrogação fosse aprovada com efeitos retroativos. Do mesmo modo, o Presidente da Câmara Nacional de Comércio da Bolívia, Guillermo Morales, defendeu uma prorrogação de maior prazo das preferências ou um acordo comercial entre a Bolívia, já que a ATPDEA foi prorrogada por apenas seis meses da última vez.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 3, 14 fev. 2008.

---

### **Bananas: OMC considera ilegais tarifas aplicadas pela UE**

De acordo com informação extra-oficial circulada em 8 de fevereiro, a OMC emitiu uma decisão favorável aos Estados Unidos da América (EUA) e contrária à tarifa aplicada à banana pela União Européia (UE), no valor de 176 euros (US\$ 254,9) por tonelada métrica de fruta. Essa tarifa foi determinada pelo bloco europeu à importação da banana procedente de países que não fazem parte da zona África-Caribe-Pacífica (ACP).

A demanda foi apresentada pelos EUA, que consideram a tarifa discriminatória contra os países da América Latina, uma vez que a UE estabeleceu, unilateralmente, uma cota de 775 mil toneladas a tarifa zero para os países ACP. Como os EUA não são exportadores da fruta, seu interesse é explicado pelo fato de existirem importantes companhias estadunidenses produtoras de banana em vários países latino-americanos, as quais são notavelmente afetadas pela tarifa européia.

#### **Europa faz pouco caso da decisão**

A UE criticou a decisão emitida pela OMC por considerar que essa deveria ocupar-se somente das demandas dos Membros afetados como países. Para

os funcionários da UE, o interesse das empresas não deveria ser razão suficiente para que um litígio fosse aceito na OMC. Outro ponto criticado pela UE é o fato da resolução aplicar-se a uma medida que não se encontra mais vigente.

O grupo de países ACP que se havia beneficiado da tarifa zero às importações de banana é composto de 48 países da África Sub-saariana, 16 do Caribe e 15 do Pacífico.

#### **América Latina**

Os países latino-americanos reagiram à conduta européia por meio de uma Declaração conjunta, assinada em 4 de outubro de 2007, na qual apelaram, independentemente dos direitos contemplados na normativa da OMC, à resolução amistosa do conflito da banana com a UE. Nessa Declaração, os governos de Colômbia, Equador, Honduras, Nicarágua e Panamá, apresentaram um plano de desgravação escalonada da tarifa de nação mais favorecida (NMF) ao bloco europeu, que teria início em janeiro de 2008.

A Associação de Exportadores de Banana do Equador (AEBE), que estimou o pagamento de tarifas à UE em torno de US\$ 290 bilhões e uma perda real de mercado de cerca de 10%, reagiu contrária e veementemente às tarifas européias. O grupo também exorta a revisão dos acordos comerciais assinados entre a UE e alguns dos países ACP, nos quais se outorga tarifa zero às importações de banana sem nenhum tipo de restrição. Para a AEBE, tais acordos comerciais podem violar da mesma forma a normativa comercial internacional.

O titular de Comércio Exterior da Costa Rica considerou “fraco” o argumento da UE de que o aumento nas exportações latino-americanas de banana para o bloco europeu é sinal de que essas não são sendo afetadas pela tarifa de 176 euros. O ministro afirmou que o aumento nas exportações dos países ACP foi enorme, mas baseou-se na discriminação tarifária e produziu uma melhor expansão das exportações latino-americanas, ocasionando, artificialmente, um desvio dos investimentos nos países ACP.

O mercado de banana da UE é suprido em 60% pela América Latina, 20% por países ACP e 20% por algumas ilhas francesas e espanholas.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, Vol. V, No. 3, 14 fev. 2008.

---

**EVENTOS**


---



---

**Fóruns Multilaterais**


---

**OMC**

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>.

19 de fevereiro

Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

20 de fevereiro

Reunião do Comitê de Compras Governamentais

20 e 21 de fevereiro

Simpósio sobre telecomunicações

25 a 27 de fevereiro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais  
– Brunei Darussalam

25 de fevereiro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento  
– Ajuda ao Comércio (*Aid for Trade*)

26 de fevereiro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e  
Administração

**UNCTAD**

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=12&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2007&month=11&day=1>>.

18 a 29 de fevereiro

Processos preparatórios para a UNCTAD XII  
Local: Genebra, Suíça.

18 a 22 de fevereiro

Curso de treinamento na produção de estatísticas  
sobre economia de informação  
Local: Incheon, República da Coreia

25 a 27 de fevereiro

Seminário internacional sobre a conscientização sobre  
as questões de gênero relativas às políticas comerciais  
Local: Nova Délhi, Índia

27 e 28 de fevereiro

Ateliê sobre as capacidades produtivas dos países de  
menor desenvolvimento relativo africanos

Local: Dacar, Senegal

29 de fevereiro

Breve curso de treinamento sobre questões essenciais  
na agenda econômica internacional: comércio e  
desenvolvimento

Local: Genebra, Suíça

---

**Fóruns Regionais**


---

**OCDE**

Informações:

<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_201185\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html)>.

18 e 19 de fevereiro

IV Fórum sobre parcerias visando competência e  
competitividade

Local: Viena, Áustria

19 de fevereiro

Publicação da Avaliação Econômica da Dinamarca

Local: Copenhague, Dinamarca

20 de fevereiro

Lançamento da publicação “*A profile of Immigrant  
Populations in the 21st Century*”, apresentada pelo  
Secretário-geral da OCDE

Local: Paris, França

20 de fevereiro

Reunião especial do Comitê Econômico e de  
Segurança da Assembléia Parlamentar da OTAN

Local: Paris, França

21 de fevereiro

Seminário parlamentar de alto nível sobre os assuntos  
e tendências recentes do mercado financeiro

Local: Paris, França

21 e 22 de fevereiro

Fórum global sobre competitividade, organizado pela  
Diretoria para assuntos fiscais e financeiros

Local: Paris, França

25 e 26 de fevereiro

Simpósio sobre globalização e inovação aberta

Local: Copenhague, Dinamarca

25 a 29 de fevereiro

Reunião plenária da Força tarefa sobre ação financeira  
(FATF, na sigla em inglês)

Local: Paris, França

26 e 27 de fevereiro  
Mesa redonda sobre a reforma dos mercados de capitais na Ásia  
Local: Tóquio, Japão

26 e 27 de fevereiro  
Reunião sobre a implementação dos códigos-padrão da OCDE para a avaliação oficial de tratores agrícolas  
Local: Paris, França

28 de fevereiro  
Lançamento da Avaliação econômica da Islândia  
Local: Reykjavik, Islândia

28 e 29 de fevereiro  
*Workshop* Atingindo metas de eficiência energética: melhorando a obediência, o monitoramento e a avaliação

## CEPAL

Informações:  
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/default.asp?mes=12&agno=2007>>.

6 de fevereiro  
II Conferência Ministerial sobre a sociedade da informação eLAC 2007  
Local: San Salvador, El Salvador

11 de fevereiro  
IV Oficina regional sobre a mediação da sociedade da informação  
Local: San Salvador, El Salvador

## MERCOSUL

Informações: <<http://www.mercosur.gov.ar/calendario.php>>

14 de fevereiro  
Reunião do Grupo *ad hoc* de Consulta e Coordenação para as Negociações OMC-SGPC (GAH OMC-SGPC)  
Local: Buenos Aires, Argentina

14 e 15 de fevereiro  
Reunião do Grupo *ad hoc* de Alto Nível para a Reforma Institucional (GANRI)  
Local: Buenos Aires, Argentina

20 de fevereiro  
Reunião de coordenadores nacionais do Grupo Mercado Comum  
Local: Buenos Aires, Argentina

21 de fevereiro  
Reunião intra-Mercosul sobre relacionamento externo  
Local: Buenos Aires, Argentina

25 a 29 de fevereiro  
XII Reunião do Grupo *ad hoc* sobre código aduaneiro (GAHCAM)  
Local: Buenos Aires, Argentina

26 de fevereiro  
XCVIII Reunião da Comissão de Comércio  
Local: Montevideú, Uruguai

27 a 29 de fevereiro  
Reunião do Grupo *ad hoc* sobre biotecnologia  
Local: Buenos Aires, Argentina

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### Caso Algodão: EUA apelam da última decisão da OMC

Os EUA anunciaram sua intenção de apelar – perante a OMC – da decisão do painel que atestou a não-implementação satisfatória das recomendações adotadas pelo Órgão de Solução de Controvérsias no procedimento original de contestação dos subsídios aos produtores de algodão. Se essa tentativa falhar, será permitido ao Brasil aplicar medidas de retaliação para compensar os prejuízos, estimados em US\$ 1 bilhão. Para mais informações, acesse: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u372042.shtml>>.

### Canal Executivo realiza seminário sobre crédito de carbono

Em 28 de fevereiro, ocorrerá o seminário intitulado “Crédito de Carbono – estruturação, desenvolvimento e certificação de projetos para comercialização de créditos de carbono”. O evento contará com especialistas no tema e com uma extensa programação, das 9h às 18h. Os temas são: “Negociação dos créditos de carbono na bolsa”; “Painel de Estudos de caso em crédito de carbono: comercialização e resultados”; e “Estruturação de um projeto de MDL”. O seminário ocorrerá no Hotel Paulista Plaza, localizado à Alameda Santos, 85, em São Paulo. Os interessados devem confirmar a inscrição com antecedência, através do telefone: (11) 3079-9910. A programação completa do evento pode ser acessada em: <<http://www.canalexecutivo.com/>>.

### III Conferência Estadual do Meio Ambiente

A Conferência Estadual do Meio Ambiente de 2008 será realizada de 7 a 9 de março em Belém, com apoio da Secretaria de estado de Meio Ambiente do Governo

do Pará (SEMA). O tema escolhido para a terceira edição foi “Amazônia e as mudanças climáticas globais”, e o evento tem como objetivo fortalecer as políticas ambientais e o uso sustentável dos recursos naturais no estado. Para maiores informações, acesse o *site* da Secretaria: <<http://www.sema.pa.gov.br>> ou telefone (11) 6165-8100.

### **UNCTAD oferece treinamento em comércio internacional**

A UNCTAD organizará um “treinamento curto sobre questões-chave da agenda econômica internacional, comércio e meio-ambiente” (*Short Training Course on Key Issues on the International Economic Agenda: Trade and Environment*) no dia 29 de fevereiro, em Genebra. Para maiores informações sobre o curso, acesse:

<<http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intltemlD=2068&lang=1&m=15004>>, ou entre em contato por e-mail: <[vlasta.macku@unctad.org](mailto:vlasta.macku@unctad.org)> ou <[mohan.panicker@unctad.org](mailto:mohan.panicker@unctad.org)>.

### **OMPI publica estatísticas de Propriedade Intelectual**

Estão disponíveis, no *site* da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) as novas estatísticas sobre patentes, modelos de utilidade e marcas. Para acessá-las, clique em: <<http://www.wipo.int/ipstats/es/>>.

### **Banco Mundial financia bolsas de doutorado**

O Programa *Fellowship Robert S. McNamara* abriu inscrições para bolsas de estudo no período compreendido entre julho de 2008 e junho de 2009. O Programa destina-se a estudantes de países em desenvolvimento, que estejam preparando tese doutoral na área de desenvolvimento. No valor máximo de US\$ 25.000, a bolsa é destinada à cobertura de custos relativos à residência em universidade ou centro de pesquisa localizado em país membro do Banco Mundial, exceto o país de origem do estudante. Os formulários de candidatura e informações relacionadas ao processo de seleção podem ser acessados no seguinte link: <<http://www.worldbank.org/scholarships>>.

### **SEED premia trabalhos inovadores na área social**

A Iniciativa SEED lançou o edital da premiação “*The 2008 SEED Awards for Entrepreneurship in Sustainable Development*”. O objetivo é premiar projetos inovadores de países em desenvolvimento que trabalhem em parceria para gerar benefícios ambientais e sociais de forma empreendedora. Os vencedores serão contemplados com um conjunto de serviços de apoio, que buscam garantir que os projetos sejam consolidados e aumentem seu impacto. A

Iniciativa SEED não oferece prêmios em dinheiro, mas sim em capacitação. O prazo de inscrição é 16 de março. Para informações referentes ao processo de candidatura, bem como sobre vencedores de edições anteriores do prêmio, acesse: <[www.seedinit.org](http://www.seedinit.org)>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

